Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

06/12/2017

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1 - 2
   1.2. DESEMBARGADOR..... 3
   1.3. JUÍZES..... 4
   1.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 5
2. JORNAL O DEBATE
   2.1. DECISÕES..... 6
3. JORNAL O IMPARCIAL
   3.1. PUBLICIDADE LEGAL..... 7
4. JORNAL O PROGRESSO
   4.1. EVENTOS..... 8 - 10
5. JORNAL PEQUENO
   5.1. AÇÕES TJMA..... 11
   5.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 12
   5.3. CNJ..... 13
   5.4. COMARCAS..... 14
   5.5. DECISÕES..... 15
   5.6. JUÍZES..... 16
   5.7. PRESIDÊNCIA..... 17 - 18
   5.8. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 19

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Ação social acontecerá amanhã, no Fórum do Calhau

No dia 8 de dezembro, é comemorado no Brasil o Dia Nacional das Famílias. Para marcar a data, será realizada amanhã, 7, das 8h às 12h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau, uma ação social com exposições, atos simbólicos, palestra com psicóloga e atendimento jurídico gratuito na área de família a toda a população.

A data remete à importância de a sociedade compreender a complexidade que representa uma família e refletir sobre o significado dessa instituição no contexto social e na vida das pessoas.

Para fomentar essa reflexão, um grupo de profissionais (advogados, juízes, promotores, defensores, cartorários e estudantes) do Maranhão que atuam na área de Direito de Família criou o Movimento das Famílias, com a intenção de valorizar a categoria e desenvolver qualificação a toda a classe, realizando eventos, palestras, encontros jurídicos, ações sociais, dentre outras iniciativas.

Campanha

Durante a ação social, será servido um café da manhã aos jurisdicionados, com o intuito de integralizar as famílias e lançar a "Campanha pela Paz nos Lares".

Com o apoio organizacional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, tendo como responsáveis a juíza de Direito de Família Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e o advogado e organizador do Movimento das Famílias, Bruno Alberto Guimarães, o evento será aberto ao público em geral. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PH

DE RELANCE

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
@holandaph

Telas Infantis

No hall de entrada do Fórum de São Luís, no Calhau, será aberta no próximo dia 11, a Mostra de Telas produzidas pelos meninos e meninas acolhidos pela Casa da Criança "Menino Jesus", mantida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. A exposição – que vai se estender até o dia 15 de dezembro – tem como propósito estimular o desenvolvimento cognitivo, emocional, perceptivo, social e criativo das crianças. Atualmente, a arte-educadora Gabriela Bouéres Viana está desenvolvendo um trabalho sobre pintura com os meninos e meninas abrigados na Casa da Criança, com o objetivo de estimular a produção artística.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PH PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
@holandaph

Cleones recebe novo título

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, acaba de receber mais uma homenagem das muitas que tem recebido neste fim de mandato no comando o TJMA.·Desta vez foi o Título de Cidadão Riachãoense, proposto pelo vereador Aruilton Paz Gomes e aprovada, por unanimidade, pelos membros do Legislativo Municipal de Riachão. Ao receber o título, o desembargador Cleones Cunha declarou o apreço pela população da região do Sul do Maranhão, em especial, à cidade de Riachão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

OTON LIMA

CANAPÉS

A juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio lança o livro "Proteção do terceiro de boa-fé nas aquisições a *non domino*", no auditório da Associação dos Magistrados (AMMA), dia 14.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Por dia, ocorrem 2 casos de violência sexual contra jovens

Situação será discutida hoje, 6, e amanhã, 7, em seminário no Skina Express Hotel, no São Francisco

Dados do Centro Operacional da Infância e da Juventude - entidade que defende os direitos dos mais jovens - apontam que dois casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são registrados por dia em todo o território maranhense. As informações se referem à quantidade de ocorrências deste tipo no estado em 2017. De acordo com o levantamento, de janeiro a agosto deste ano, foram 833 ocorrências de violência sexual.

Para chamar a atenção sobre o problema, será realizado a partir de hoje (6) até amanhã (7), no Skina Express Hotel, no bairro São Francisco, em São Luís, o Seminário de Monitoramento e Planejamento do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O evento, cuja abertura acontecerá a partir das 15h, contará com a participação de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís (CMDCA), Conselho Municipal da Assistência Social de São Luís (CMAC) e do Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF).

Além da diminuição da média dos casos de violência sexual, durante o encontro, serão discutidas as razões para o perfil das vítimas já que, ainda de acordo com o Centro Operacional da Infância e da Juventude, quase 72% das pessoas que sofrem os abusos são do sexo feminino. Após a abertura, serão discutidos os avanços e desafios para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O objetivo dos trabalhos, ainda de acordo com os organizadores, é planejar durante o evento as ações para a elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de São Luís, que serão executadas a partir do início do próximo ano. "É uma discussão de suma importância e será aprofundada durante este evento", disse a representantes do CMDCA, Janicelma Fernandes.

Outros dados

Ainda de acordo com dados do Disque Denúncia, somente no primeiro semestre deste ano foram registrados 270 casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes no Maranhão. Segundo o Disque 100, em todo o ano de 2016 houve 465 casos deste gênero no estado.

Como denunciar

A melhor forma de denunciar um caso de violência envolvendo crianças e adolescentes é pelo Disque 100. O serviço é gratuito, funciona 24 horas por dia e preserva a identidade do denunciante.●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

BateRebate

CONDENAÇÃO DE EX-PREFEITO

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reformou sentença de primeira instância e reduziu as penas impostas ao ex-prefeito do município de Estreito, José Gomes Coelho. O órgão colegiado, porém, entendeu que a conduta praticada pelo ex-gestor – aprovação de projeto de loteamento em desacordo com as exigências da Lei de Parcelamento do Solo – está tipificada como ato lesivo a princípios administrativos.

Em sua apelação ao TJMA, José Gomes Coelho alegou que não agiu como dolo ou má-fé na aprovação do loteamento, considerando que houve meras irregularidades ou ilegalidades, não improbidade administrativa. Sustentou que os projetos aprovados obedeciam às regras legais aplicáveis.

O relator, desembargador Paulo Velten, observou que, na hipótese de aprovação de loteamento em descompasso com as exigências e diretrizes da Lei de Parcelamento do Solo, não é possível deixar de concluir pela conformação da conduta ao ato de improbidade administrativa que afronta princípios administrativos.

Paulo Velten disse que não pode o agente, para se eximir da responsabilidade, alegar que não agiu com dolo, quando todos sabem que, por força de mandamento constitucional expresso, cabe aos municípios "promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano".

O desembargador ressaltou que o apelante submeteu à Câmara Municipal – e foi aprovado – projeto de loteamento elaborado sem a observância dos requisitos previstos na legislação específica, destacando ausência de plantas e desenhos exigidos.

Acrescentou que o loteamento foi entregue aos compradores sem serviços e equipamentos básicos, tais como rede de distribuição de água, esgoto e energia, galeria de escoamento de águas pluviais, com ruas desniveladas, assimétricas e sem meio-fio e calçamento, circunstância que poderá, no futuro, onerar o próprio município, já que, não sendo realizados os serviços pelo loteador, a responsabilidade pela sua execução recairá sobre o poder público.

Velten citou decisão dos Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso semelhante, segundo a qual a conduta evidencia a presença de dolo. Em razão disso, entendeu que não há que se falar em mera irregularidade, devendo-se concluir pela existência de improbidade administrativa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 77/2017
Processo nº 44.899/2017

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos; **Justificativa**: Para readequação do termo de referência, em decorrência da análise de pedido de impugnação; **Informações**: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP**: 65.010-190; **E-mail**: colicitacao@tjma.jus.br. **Fone**: 98 3261 6181.

São Luís/MA, 05 de dezembro de 2017. **André de Sousa Moreno** - Pregoeiro do TJMA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Congresso discute "O Ministério Público e o cidadão no combate à corrupção"

Em cerimônia realizada na noite dessa segunda-feira, 5, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, foi aberto o 7º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão. O tema do evento este ano é "O Ministério Público e o cidadão no combate à corrupção". O congresso estende-se até quarta-feira, 6.

Na abertura dos trabalhos, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, falou sobre as iniciativas do Ministério Público do Maranhão durante o ano de 2017 no Programa Institucional contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal, que levaram à premiação do MPMA em primeiro lugar na categoria Redução da Corrupção no Prêmio CNMP, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Para Luiz Gonzaga Coelho, nenhum ato de corrupção é admissível e o exercício da cidadania é indispensável para que se possa combater a corrupção. "Nos reunimos para consolidarmos ações e pensamentos em torno da ideia de que a educação e os mecanismos de controle social e político nos ajudarão na construção de uma sociedade mais transparente e honesta", afirmou.

A diretora da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), Ana Teresa Silva de Freitas, falou sobre a necessidade de reflexão em um momento difícil como o que vivemos. "A corrupção não é apenas uma luta institucional, somente do Ministério Público. É uma luta de cada um de nós", ressaltou.

A promotora de justiça também falou sobre a educação, lamentando que a reforma do ensino médio tenha tirado disciplinas que nos permitem agir com liberdade, "que o conhecimento possa ser rico, crítico, questionador e possa abrir horizontes cada vez maiores". Para Ana Teresa de Freitas, é necessário que se exerça a cidadania e as tecnologias podem ser aliadas, exercendo um papel mais do que informativo, de formação.

Em sua fala, o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio José Sousa Bonfim, abordou as tentativas de enfraquecimento do Ministério Público por conta de sua atuação no combate à corrupção. "Em que pese todas essas tentativas de enfraquecimento de nossa instituição, estamos mantendo o curso das ações para debelar a corrupção e alcançar o ideal de sociedade livre e justa", garantiu.

Tarcísio Bonfim enfatizou a importância de que a instituição trabalhe com estratégia, planejamento e investindo na qualificação de seu corpo funcional para que se possa ser mais efetivo nas diversas áreas de atuação do Ministério Público.

Autoridades

Compuseram a mesa de abertura do Congresso o chefe da Casa Civil do Estado do Maranhão, Marcelo Tavares, representando o governador Flávio Dino; o corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão em exercício, Marco Antonio Anchieta Guerreiro; a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa; o deputado Rafael Leitoa, representando a Assembleia Legislativa; o desembargador Marcelino Chaves Everton, representando o Tribunal de Justiça e o vice-prefeito de São Luís, Júlio Pinheiro.

Também estiveram à mesa o procurador-chefe da Procuradoria da República no Maranhão, José Raimundo Leite Filho; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José de Ribamar Caldas Furtado; o defensor público-geral, Werther de Moraes Lima Júnior; o procurador de justiça aposentado João Raimundo Leitão; o procurador-chefe do Trabalho em exercício, Luciano Aragão, o superintendente da Controladoria Geral da União no Maranhão, Francisco Alves Moreira; procurador Paulo Henrique Araújo, representando o Ministério Público de Contas; o coordenador do curso de Direito da UFMA, Raimundo Campos Filho, representando a reitora Nair Portela; e o presidente da Associação dos Funcionários da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (Asfupema), José Edmar Aguiar Macedo.

Conferência

O 7º Congresso Estadual do MPMA foi aberto com a conferência "Cidadania digital contra a corrupção", proferida pela palestrante Martha Gabriel, escritora, consultora e palestrante nas áreas marketing digital, inovação e educação.

Na conferência, a palestrante falou sobre a velocidade crescente da evolução tecnológica e de como essas mudanças impactam significativamente na vida de homens e mulheres.

Para Martha Gabriel, é necessário que o cidadão seja "empoderado pela tecnologia", somando aos conhecimentos e capacidades estritamente humanas todo o potencial trazido pela evolução tecnológica. Além disso, a palestrante destacou a necessidade de uma atuação colaborativa, para que se possa dominar efetivamente todo o potencial em desenvolvimento.

A conferencista ressaltou que todo o aparato tecnológico disponível permite o exercício da cidadania digital, citando diversas iniciativas de controle social com base em sistemas informatizados que possibilitem a organização de dados e a troca de informações em proporções e velocidade que seriam inimagináveis há poucas décadas. Todo esse trabalho, ressaltou Martha Gabriel, acontece com a participação direta da população. ***(Rodrigo Freitas / (CCOM-MPMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Autoridades participaram da solenidade de abertura

Fotos: Francisco Colombo (CCOM – MPMA)

Tarcísio Bonfim falou sobre ataques ao MP

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Ana Teresa Freitas propôs reflexão sobre momento atual

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Governo garante atendimento em segurança pelo SUS a sujeitos inclusos em programas de proteção

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (SES), publicou portaria que institui protocolo de atendimento sigiloso pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos sujeitos em proteção inclusos nos três programas de proteção: o Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Maranhão (Provita-MA), o Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (Pepddh-MA) e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Estado do Maranhão (Ppcaam-MA), vinculados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop).

A Portaria/SES/MA Nº 852 foi publicada no Diário Oficial do Estado, na quinta-feira (30).

O documento é resultado das articulações da Coordenação do Sistema de Proteção (CSP), da Sedihpop, em parceria com as entidades executoras dos três programas, no âmbito da sociedade civil.

As políticas de proteção às vítimas, também, envolvem estratégias na área da educação. No início do ano, com a articulação da Sedihpop, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) publicou documento que disciplina o sigilo de documentos de pessoas inclusas no Provita-MA, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, a Portaria nº 058/2017.

Foram realizadas ainda tratativas com a Secretaria de Estado da Ciência e Inovação Tecnológica (Secti) de normatização do acesso sigiloso à vagas em cursos profissionalizantes, como estratégia de reinserção social de usuários do Programa.

"Garantir a reinserção social com dignidade às pessoas protegidas demonstra o compromisso do Governo do Estado com a política de direitos humanos; hoje, o Maranhão é um dos cinco estados do país que dispõe de três programas de proteção", disse o secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Social, Francisco Gonçalves da Conceição.

AVANÇOS NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO

Outros avanços da política de proteção, no Estado, se referem à publicação de normativas internas em órgãos do sistema de justiça (Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado e Tribunal de Justiça do Estado) com a finalidade de regulamentar procedimentos visando a efetividade e celeridade dos processos e dinâmicas que envolvem o Provita-MA, para manutenção do sigilo como garantia de proteção à vida de testemunhas e vítimas.

Embora algumas tratativas tenham sido iniciadas especificamente relacionadas ao Provita-MA, implantado no Estado desde 2003, com a recente viabilização dos outros dois programas de proteção no Estado (Pepddh-MA, implantado em 2016 e o Ppcaam-MA, em 2017), a Sedihpop e as entidades executoras têm trabalhado ações em parceria, no sentido de consolidar um sistema de proteção no Maranhão. As articulações passam a englobar os três programas, observando-se as especificidades, a exemplo da publicação da portaria da SES.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Casamento Comunitário

130 casais de Aldeias Altas participam de cerimônia

O Poder Judiciário da Comarca de Caxias realizará no dia 9 de dezembro, às 17h, no Ginásio Poliesportivo do Município de Aldeias Altas (termo judiciário), uma cerimônia de Casamento Comunitário gratuito para 130 casais da comunidade.

Os casais inscritos para a cerimônia possuem renda máxima de dois salários-mínimos e foram convidados a participar do projeto promovido pelo Poder Judiciário, com isenção total das despesas cartorárias do processo de habilitação dos noivos.

Parte dos casais beneficiados pelo projeto já convive em união estável e outros dão início à relação conjugal a partir da celebração, que será presidida pelo juiz de direito Antônio Manoel Araújo Velozo, da 4ª vara de Caxias.

Os casais interessados em participar do projeto se inscreveram até 17 de novembro no Cartório de Ofício Único de Aldeias Altas, parceiro no projeto, que foi criado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Informe JP

Cármen Lúcia ameaça endurecer com tribunais sem transparência

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, cobrou dos presidentes dos Tribunais de Justiça o cumprimento da determinação para que enviem ao CNJ os dados sobre salários de todos os juízes do país.

"Entreguei a todos uma planilha no dia 20 de outubro. Até hoje, não recebi as informações de novembro e dezembro", queixou-se a presidente do STF numa reunião, na segunda (4), com os presidentes dos tribunais estaduais.

"Espero que em 48 horas se cumpra essa determinação do CNJ para que eu não tenha que acioná-los oficialmente", acrescentou Cármen.

A ministra disse, ainda, que ficou "horrorizada" ao ter de clicar 18 vezes em um dos sites de tribunais para ter acesso às informações. "Tem tribunal dificultando, e isso não pode acontecer". (O ANTAGONISTA)

Justiças Estadual e Federal

Na Justiça Estadual, dos 27 TJs apenas sete encaminharam, até as 18h de segunda-feira (4), os dados ao CNJ: Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Roraima, Pará, Paraná e Pernambuco.

Na Justiça Federal, apenas o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) mandou informações.

Eleitoral e Trabalho

Na Justiça Eleitoral, foram encaminhadas ao CNJ as informações de cinco Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), dos seguintes estados: Alagoas, Piauí, Amapá, Santa Catarina e São Paulo.

Em relação à Justiça do Trabalho, apenas os Tribunais Regionais do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima) e da 13ª (Paraíba) encaminharam os dados solicitados.

Militar

O Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo foi o primeiro, do segmento militar, a enviar suas informações.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Laço Branco

Campanha pelo fim da violência contra a mulher na comarca de Pedreiras

O Poder Judiciário de Pedreiras, com o apoio de instituições representativas da sociedade local, promove nesta quarta-feira, 6, a campanha "Laço Branco: Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher", pela passagem do " Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher" – comemorado no dia 6 de dezembro, em todo o país.

Segundo o juiz Marco Adriano (1ª Vara de Pedreiras), esse movimento é feito por homens, com o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar o público masculino no engajamento pelo fim da violência contra a mulher.

"As atividades da campanha são desenvolvidas em sintonia com as ações dos movimentos organizados de mulheres e de outras representações sociais que buscam promover a equidade de gênero, através de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos", ressalta o juiz.

A mobilização surgiu diante da insatisfação com o elevado índice de violência doméstica contra a mulher nas cidades de Pedreiras e Trizidela do Vale, quando um grupo de profissionais dos ramos do Direito e da segurança pública decidiu mobilizar outras lideranças para realizar um ato público declarando o repúdio e reprovação a todo e qualquer ato de violência contra a mulher.

PROGRAMAÇÃO

As atividades da campanha começam no dia 6, às 9h, com a audiência pública no Clube da ACIAP, no bairro Engenho, em Pedreiras. Às 16h30, haverá uma moto-carreata, com concentração na praça do Engenho, e saída às 17h.

A carreata segue o seguinte percurso: Avenida Rio Branco (Pedreiras), Ponte Francisco Sá, Rua Santo Antonio, Largo do Meu Bem, Rua Nova (Trizidela), Avenida da Boiada, Rua das Laranjeiras, Rua Maneco Rego.

O encerramento será na Praça do Jardim, com Ato Público e show de artistas locais.

A campanha reúne representantes do Judiciário, Ministério Público, OAB, Defensoria Pública, Delegacia Regional, 19° Batalhão da PM, Corpo de Bombeiros, Tiro de Guerra, Prefeituras de Pedreiras e Trizidela do Vale, Moto Clube "Falcão do Asfalto", CDL, Imprensa, Maçonaria e igrejas locais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Estreito

Justiça reforma sentença e reduz penas mas mantém condenação de ex-prefeito

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reformou sentença de primeira instância e reduziu as penas impostas ao ex-prefeito do município de Estreito, José Gomes Coelho. O órgão colegiado, porém, entendeu que a conduta praticada pelo ex-gestor – aprovação de projeto de loteamento em desacordo com as exigências da Lei de Parcelamento do Solo – está tipificada como ato lesivo a princípios administrativos.

Em sua apelação ao TJMA, José Gomes Coelho alegou que não agiu como dolo ou má-fé na aprovação do loteamento, considerando que houve meras irregularidades ou ilegalidades, não improbidade administrativa. Sustentou que os projetos aprovados obedeciam às regras legais aplicáveis.

O relator, desembargador Paulo Velten, observou que, na hipótese de aprovação de loteamento em descompasso com as exigências e diretrizes da Lei de Parcelamento do Solo, não é possível deixar de concluir pela conformação da conduta ao ato de improbidade administrativa que afronta princípios administrativos.

Paulo Velten disse que não pode o agente, para se eximir da responsabilidade, alegar que não agiu com dolo, quando todos sabem que, por força de mandamento constitucional expresso, cabe aos municípios "promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano".

O desembargador ressaltou que o apelante submeteu à Câmara Municipal – e foi aprovado – projeto de loteamento elaborado sem a observância dos requisitos previstos na legislação específica, destacando ausência de plantas e desenhos exigidos.

Acrescentou que o loteamento foi entregue aos compradores sem serviços e equipamentos básicos, tais como rede de distribuição de água, esgoto e energia, galeria de escoamento de águas pluviais, com ruas desniveladas, assimétricas e sem meio-fio e calçamento, circunstância que poderá, no futuro, onerar o próprio município, já que, não sendo realizados os serviços pelo loteador, a responsabilidade pela sua execução recairá sobre o poder público.

Velten citou decisão dos Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso semelhante, segundo a qual a conduta evidencia a presença de dolo. Em razão disso, entendeu que não há que se falar em mera irregularidade, devendo-se concluir pela existência de improbidade administrativa.

O magistrado, todavia, verificou que a sentença de primeira instância merecia reforma quanto ao enquadramento legal do ato de improbidade administrativa. Explicou que a conduta praticada pelo apelante não se acha tipificada tanto no artigo 10 (atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário) como no 11 da legislação (lesivos a princípios administrativos), mas apenas nesse último.

A votação unânime, atendendo em parte ao recurso do ex-prefeito, considerou que, em princípio, a conduta não causou prejuízo concreto e efetivo à administração, por ser um dano eventual, podendo ainda o município exigir do loteador a execução das obras e serviços não contemplados.

Em razão disso, a câmara reformou a sentença para: excluir a sanção de ressarcimento ao erário, já que inexistente o dano direto e imediato aos cofres públicos; reduzir a sanção de suspensão dos direitos políticos para três anos; fixar a condenação ao pagamento de multa civil para duas vezes a remuneração do cargo de prefeito; e reduzir a sanção de proibição de contratação com o poder público para três anos.

Acompanharam o voto do relator os desembargadores Jaime Ferreira de Araujo e Marcelino Everton.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Desce

O ex-prefeito do Município de Urbano Santos (MA), Aldenir Santana Neves, foi condenado pelo Poder Judiciário em Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, por diversas irregularidades praticadas em operações realizadas nas áreas financeira, orçamentária e patrimonial do município.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Kátia Persovisan
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: https://www.facebook.com/persovisan
Blog: http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/

CONTEXTO

Há muitos anos, eles me apresentaram esta região e me fizeram ter um carinho especial por este lugar. A emoção de se tornar cidadão desta cidade é imensa. Sou muito grato por isso e podem contar com mais este filho para preservar as belezas naturais desta terra", assegurou o desembargador Cleones Cunha, recebeu o Título de Cidadão Riachãoense, na última sexta-feira (30). A honraria foi aprovada por meio do Decreto Legislativo nº01/2017, após proposição do vereador Aruilton Paz Gomes, aprovada, por unanimidade, pelos membros do Legislativo Municipal de Riachão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Giro Econômico

Aquiles Emir
aquilesemir@uol.com.br | www.aquilesemir.com.br

Na solenidade de entrega do título de Cidadão Caxiense ao presidente do TJ-MA, Cleones Cunha, o homenageado com o também desembargador JamielGedeon, o secretário municipal de Cultura, o prefeito Fábio Gentil e o presidente da Câmara Municipal, Antônio José Bitencourt Albuquerque, o Catulé

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Órgãos do sistema de Justiça celebram Termo sobre saúde mental

Nesta quarta-feira, 6, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – por meio da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF/TJMA), assinará Termo de Compromisso para implantação do Programa de Atenção Integral para Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei do Maranhão (PAI-MA). A assinatura acontece no gabinete da Presidência do TJMA, às 13h, com a presença do presidente, desembargador Cleones Cunha; do coordenador geral da UMF, desembargador Froz Sobrinho; e da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, além de representantes dos demais órgãos signatários.

Também assinarão o Termo de Compromisso o Ministério Público do Maranhão (MPMA); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA); Secretaria de Saúde do Maranhão (SES-MA); Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP); Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP); Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES); Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM); Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Maranhão – (COOSEMS); Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS); e Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão. A assinatura do Termo vai permitir a implantação do Programa de Atenção Integral às pessoas com transtorno mental em conflito com a Lei do Maranhão – PAI-MA através da conjugação de políticas públicas no Estado, em conformidade com a Lei Federal N° 10.216/2001 e demais instrumentos normativos relacionados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo